AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: O CONTEXTO DA CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR

Bruna Paula B. de LIMA¹; Melissa Salaro BRESCl²

RESUMO

O presente artigo foi elaborado a partir de uma reflexão sobre as relações étnico-raciais na escola motivada por um estudo de caso de uma garota de quatro anos que não se aceitava negra. O estudo buscou em referências bibliográficas e em estudos suporte para entender as relações raciais na Educação Infantil. Serão apresentadas reflexões sobre o papel da escola frente aos desafios encontrados no combate ao racismo, uma vez que há a necessidade de um aprofundamento no conhecimento sobre essa questão, bem como a análise e o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares. Tendo em vista a pluralidade da população brasileira, é necessário que a criança negra conheça a sua história para que não negue sua identidade. É primordial que a escola conheça e vivencie a diversidade de seus alunos. Ao final desse trabalho, conclui-se que o ensino da educação étnico-racial é um compromisso que todos devem ter, só assim será possível a desconstrução do preconceito e reconhecimento da importância do negro na construção de nossa história.

Palavras-chave: Educação infantil. Identidade. Relações étnico-raciais

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem como característica a pluralidade étnica, produto de um processo histórico que deu origem a três grupos: portugueses, índios e negros de origem africana. O contato desses povos tornou o Brasil um país

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: brunapaula_16@yahoo.com.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: melissa bresci@hotmail.com

miscigenado. No decorrer da história, nota-se a existência da hierarquia de classes sociais em que povos indígenas e em especial os negros ocupam lugares de desprestígio e subalternidade.

A escola enquanto instituição social torna-se responsável pelo processo de socialização de todos que a ela recorrem; nela, as crianças estabelecem relações com outras que originam de diferentes núcleos familiares e inevitavelmente de outras culturas. O ambiente escolar é o local no qual a criança se encontra como criança, é onde ela estabelece relações afetivas, intelectuais, morais, étnicas, onde se questiona e passa a ter maior consciência de sua identidade. Embora a escola seja vista como um local de igualdade, ao mesmo tempo percebe-se que nela há um mecanismo de exclusão social, vitimando crianças negras através de manifestações racistas. Por ser um ambiente extremamente fértil em relações, a escola precisa estar bem preparada para acolher a pluralidade étnica e cultural de suas crianças.

Partindo desse pressuposto, os objetivos desse trabalho são sensibilizar os profissionais da educação quanto à discriminação e preconceito racial, estimular o senso crítico, bem como trabalhar os valores humanos para que crianças negras se fortaleçam como sujeito social e cidadão.

Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas e observação do desenvolvimento de um projeto escolar intitulado "Somos todos iguais, todos diferentes", realizado em uma instituição filantrópica que atende crianças de quatro a nove anos de idade. O foco dessa observação foi acompanhar a construção da identidade de uma menina negra.

O professor é um agente essencial na construção ou até mesmo na reconstrução das identidades individuais de seus alunos; nesse sentido, sua atuação contribui para a preservação e legitimação dos preconceitos.

Diante disso, é preciso que os professores intervenham de forma positiva em relação aos alunos, busquem sempre se atualizar quanto às práticas educativas promovendo a socialização e a diversidade humana a fim de que possam desconstruir as posições exclusivas, preconceituosas e racistas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a efetivação desta pesquisa foram utilizadas várias referências bibliográficas, testes para professores sobre "As relações étnico-raciais na escola" e acompanhamento de caso em uma instituição filantrópica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições de Educação Infantil organizam e formalizam uma aprendizagem que já se iniciou na família e que vai ter continuidade nas suas experiências com a sociedade. Assim, não só a família se torna responsável pela aprendizagem da vida social, embora represente, inicialmente, o elo mais forte que liga a criança ao mundo.

Os valores, as normas e as crenças incutidas na criança podem diferir nas instituições educativas. O mesmo equivale para atitudes e comportamentos que também podem ser vistos e analisados de diferentes formas. O que para a escola pode representar um problema ou um momento de conflito, no interior do grupo familiar pode representar, apenas, parte do modo habitual da vida do grupo. Problemas não encontrados pela criança no grupo familiar poderão ser encontrados no cotidiano escolar. Consequentemente, a ausência de relação entre a família e a escola impossibilita, a ambas as partes, a realização de um processo de socialização que propicie um desenvolvimento sadio. Tal comportamento coloca em jogo não só o mundo a ser interiorizado pela criança, mas principalmente o seu lugar nesse mundo, o lugar de seu grupo social, e, sobretudo, a sua própria existência.

Então, o que significa ser uma criança negra ou branca na relação social que se realiza na escola? E, nela, o que a criança pode aprender sobre si própria e sobre os outros à sua volta?

Não seria demasiado pressupor que a ausência desse tema no planejamento escolar impede a promoção de boas relações étnicas. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade e os negros como sinônimo de desigual e inferior.

"É a ausência de referência positiva na vida da criança e família, no livro didático (...) que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição a sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana." (MUNANGA, 2005, p. 120)

Nesse sentido foi que se acompanhou a realidade de uma menina negra de quatro anos de idade que frequentava uma instituição filantrópica no horário oposto ao de sua escola, essa criança não se aceitava negra. Foi nesse momento em que professores e profissionais da área de educação se engajaram no trabalho de

construção da identidade dessa criança, bem como, fortalecimento de conhecimento sobre as desigualdades raciais presentes na escola. Depois de um árduo trabalho foi possível presenciar a aceitação de sua "cor" dessa menina.

Os professores concluíram que é dentro da sala de aula que se pode combater a discriminação com mais eficiência, mesmo que tenham noção sobre o assunto é preciso estar sempre alerta para lidar com tal situação, pois, são peças fundamentais na desconstrução do preconceito racial e devem agir de forma que resgatem a autoestima da criança negra.

CONCLUSÕES

A história da infância da criança negra no Brasil é uma história de exclusão. Diante da realidade escolar brasileira, é notável a presença do racismo não só na sociedade, mas também na forma como os educadores lidam com os conceitos discriminatórios, consolidando a ideia de que as políticas públicas ainda são principiantes institucionalmente.

A Educação Infantil é o local de socialização, é o primeiro momento em que ocorrem efetivamente as relações sociais, étnico-raciais e culturais. É de extrema importância a formação de professores preparados para lidar com a diversidade cultural em uma sala de aula, mas que, além disso, estejam aptos para criticarem o currículo bem como as suas práticas. O professor de Educação Infantil deve ter consciência de que sua função não é apenas preparar os alunos para as séries seguintes, mas sim para o resto da vida; é nessa fase que se constrói a base para as aprendizagens futuras.

As relações étnico-raciais devem ser tratadas como realidade de nosso cotidiano e não como um acontecimento distante. Seria crível que o professor não deva educar todos como iguais, mas diferentes, ressaltando sempre as especificidades, e mais, não apenas respeitando a consciência negra, mas resgatando as demais etnias esquecidas devido ao preconceito.

O anseio de todos é que a luta no combate ao racismo não fique apenas nas palavras e pensamentos dissociados da vivência, mas que se torne prática fundamental na escola e sociedade. O desafio em se pensar em trabalhar diferentes maneiras com a questão racial na escola é de todos. Como educadores comprometidos com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais não podemos recusar essa tarefa, nossa meta deve ser a igualdade dos direitos sociais

a todos os cidadãos. A escola enquanto instituição que trabalha com os processos da formação humana, dentre os quais se encontra a diversidade étnico-racial, não deve dar ênfase somente a parte intelectual de seus alunos, pois, também necessitam que suas diferenças, identidades, emoções, valores não sejam deixados de lado, os educadores precisam entender o processo educacional de uma forma ampla e profunda.

Se cada profissional se conscientizar será possível desenvolver um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: ABRAMOWIC Z, A.; BARBOSA, L. A.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 41 - 63.

BATISTA, Normando. Cultura Negra e Currículo. In: SILVA, Luiz Heron da & AZEVEDO, José Clóvis de (Orgs). **Paixão de Aprender**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 27 de jul. 2013

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

———. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

CANDAU, Vera Maria (Coord.). Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 176p.

CAPARRÓS, Nicolas. **Crisis de la familia**. Madrid, Fundamentos, 1981. (p.45-81)

CARONE, Iracy et al. **Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. 189 p.

COSTA, J. F. "Da cor ao corpo: a violência do racismo." *In*: Souza, N. S. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão. Rio de Janeiro, Graal, 1983. (p.1-16)

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP& A. 2003. 156 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 212 p.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. *In:* SANTOS, Sales Augusto dos, (Org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas**. Educação e Pesquisa. v. 29, n.1, p 109–123, jan./jun. 2003.

MUNANGA, Kabengele (org) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.